TRANSITORIEDADE DO PODER NAS LIDERANÇAS DE ENFERMAGEM *

Neiva Francenely Cunha Vieira **
Maria Dalva Santos Alves ***
Francisca Nellie de Paula Melo ****

RESUMO – A Enfermagem, assim como outras profissões, tem transitado no movimento da sociedade em polos antagônicos da instância de submissão e de mando, ambos procedentes da posição de poder que ora tende a tomar assento em um daqueles polos. Este estudo trata de captar e compreender as percepções dos enfermeiros enquanto sujeitos concretos, que em sua trajetória profissional assumem posições que lhes conferem um poder de mando e, dada a contingência política, também vivem concretamente a condição de subordinado em relação aos níveis superiores. A abordagem qualitativa se constitui no método singular que, através das falas dos sujeitos do estudo, pode-se analisar o fenômeno do poder da vida desses sujeitos e compreender a tendência deste fenômeno na categoria de enfermagem.

ABSTRACT – Nursing, like other professions, have passed in the society motion in antagonics poles of submission and comander instances, both of them proceeding by a power position that sometimes take suport in one of those poles. This study aims to attract and understand the perceptions of nurses as concret subjects, that in their professional route lead to positions that provide a comander power, that, as to the politic contingencies, also live concretily a condition of subordination in relation to the superior levels. Qualitative bording means, on a singular method that through the study subjects speechls can analyse the phenomenon power on these people lives and to understand the tendency of this phenomenon in the nursing class.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Para compreender o significado de poder mister se faz partir da compreensão comum, definida sob aspecto negativo, colocando essa categoria no polo da autoridade, coerção e jugo.

O poder sob um significado básico é definido com "superioridade pessoal ou grupal baseado na força, tradição, prestígio, autoridade ou riqueza". Dicionário Básico de Sociologia, 1979.

Ainda numa compreensão linguística o poder, agora acrescido de poder social, se estende a um "tipo qualquer de força, energia ou potencia que derivam das relações sociais ou de seu funcionamento". Dicionário Básico de Sociologia, 1979.

O poder, na visão do homem comum, repousa no conceito abstrato, que reflete no real como algo único, não idetificado e articulado com outras estruturas. Nesta compreensão de poder como uma realidade única, absoluta, passa este homem comum a buscar, a lutar por esse poder como coisa, algo que pode ser posse e submetida às pessoas e situações na força que desejar. (FOUCAULT e PARSONS, LEBRUN, 1984).

A compreensão de posse, de ter uso direto, é resultante de idéia dominante da sociedade capitalista, na qual desloca o sentido de sociedade privada, para domínio físico e espiritual. Sob está ótica o homem alienado é reduzido a uma pobreza espiritual substitui o ter,. como lago utilizável diretamente. (MARX, 1988).

O poder não é um lugar que se ocupa, coisa de posse, mas algo que se exerce, uma prática social, construída historicamente.

Por conta da história, nos encontramos hoje (a sociedade) sobrecarregados de conseqüências dessa história.

Há uma crença de que as significações sociais ocorrem a partir dos sentimentos dos seres humanos individuais. Isto camuflou duas áreas de vida, uma das quais é o poder que compreendemos, entretanto não atuamos de acordo com essa compreensão.

Vemos que bairrismo e autonomia estão se tornando credos políticos abrangentes abordando as relações de poder, sentido humano intimista, desviando a

* Prêmio Noraci Pedrosa Moreira – 2º Lugar – 42º Congresso Brasileiro de Enfermagem – Natal – RN

** Professora Auxiliar do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal do Ceará – Mestranda em Educação pela UFC

*** Professora Adjunta do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal do Ceará – Especialista em saúde Pública

**** Professora Adjunta do Departamento de enfermagem da Universidade Federal do Ceará – Mestre em Educação

nossa compreensão da realidade de poder tendo como resultado deixar que as forças de dominação permaneçam.

Na articulação do poder com a estrutura da sociedade na manutenção do "status quo", as técnicas de dominação tomam corpo atingindo a realidade concreta dos indivíduos, diminuindo-lhes a luta, a resistência, manipulando-os, gerindo suas vidas.

Numa sociedade capitalista o exercício do poder, na relação entre Estado e corpo é representado pela materialização física de dominação sob o interesse do Estado, penetrando na intimidade da vida cotidiana,se efetua e funciona através de vários mecanismos de poder, expressados nas várias situações e contextos: Poder na família, Poder dos meios de comunicação, Poder na escola, Poder no trabalho.

Portanto, no sentido de Foucault, não existe o poder como algo unitário, mas "formas de poder" dispares e heterogêneas que se manifestam em níveis diferentes da rede social. Vale salientar, no entanto, que compreendemos que estas formas de poderes estão articulados ao Estado, a ele absorvido e confiscado, embora Foucault não estabeleça uma relação direta entre Estado e Poder, essa prática social do poder a ele se articula, e o sustenta.

Na sociedade Capitalista o Estado figura como um instrumento de uso de uma classe privilegiada de sujeitos, que àquele se impõe as regras do jogo que garantam os interesses da minoria economicamente poderosa da sociedade.

Na visão marxista, as relações de poder provêm de determinantes econômicas, que esboçam a trama de dominação da classe possuidora dos meios de produção, que cria mecanismos de dominação para a reprodução de força de trabalho. (MARX[2]).

As instituições do Estado, políticas, econômicas e sociais seguem essa arquitetura do poder, ratificando uma relação transparente, dicotomica de classes sociais antagônicas: dominadoras e dominadas.

Neste sentido também, as instituições sociais figurando no mesmo patamar do Poder na estrutura do Estado, possuem acessos diferentes conforme seu peso político-social na organização estatal, quando na obtenção de metas e programas deles procedentes.

Donângelo, em 1980, já antevia a impossibilidade de viabilizar a organização dos serviços de saúde no Brasil. Procura esclarecer, vendo com desconfiança a viabilização de propostas distintas da medicina convencional, pois ressalta que o poder radica, em formas extremamente cristalizadas e poderosas de organização dos elementos que cercam um sistema de saúde.

Trabalhar a articulação de novos saberes e práticas sociais visando a construção de um projeto paralelo alternativo, a partir de uma minoria dominada do setor saúde, caracteriza as condições de viabilidade deste, tendo como referencial os ensaios dessa prática no cotidiano da realidade brasileira – grupo dominado no setor saúde voltado para um grupo social também dominado.

Independente do status profissional que se possa garantir para dominar o processo, o projeto depende da medicina convencional e por isso trabalhadores, operadores e criados são dominados. Portanto, qualquer que seja o poder descartado, controlado, dominado e marginalizado, certamente esse objeto das práticas médicas alternativas é um objeto com poder.

No entanto, mister esclarecer que as relações de poder não só exprimem coerção, repressão, controle e manipulação, mas também expressam a positividade pelo processo de tomada de decisões, procedentes de natureza social.

Ignorar essa categoria nos caminhos da enfermagem, enquanto relações sociais concretas expressadas no dizer de FOUCAULT (1988), em comportamentais, que por intenção de docilizar o corpo, subjaz o interesse econômico e político é uma questão de natureza política. E por essa mesma via, é um desafio elaborar um estudo que tenciona confrontar essa categoria, levantar discussões, mediando uma consciência crítica que conduza os sujeitos de enfermagem na transitoriedade do poder à ações de natureza transformadora e emancipatória da categoria.

O estudo considera a categoria poder, numa perspectiva relacional e articulada com o Estado. É neste contexto de exercício de poder, no trabalho, nas instituições do Estado que os sujeitos de enfermagem predominante, o caracterizam nas relações de trabalho.

2 O PROCESSO DE ESTUDO E SUAS ETAPAS

A natureza do estudo conduziu a um método de investigação que permitisse, aos sujeitos enquanto históricos e concretos, expressarem-se livremente sobre o movimento da categoria de poder nas relações de trabalho.

A abordagem qualitativa constitui-se no método singular, para análise do discurso dos sujeitos acerca da categoria eleita.

Os sujeitos do estudo são enfermeiros, que por instrumento legal assumem, no momento histórico, cargos de direção de serviços em instituições públicas ligadas à área de ensino e assistência.

A escolha destes sujeitos teve o caráter intencional dado à tipologia do estudo, tendo-se observado a aquiescência dos mesmos durante o processo de investigação.

No município de Fortaleza, identificamos 04 (quatro) sujeitos que, no momento, assumem cargos de direção com os critérios anteriormente referidos.

A postura dos pesquisadores durante o processo de investigação foi do tipo conhecido, guardando o anonimato dos sujeitos investigados.

Os conteúdos do estudo foram colhidos através de entrevista informal em dia, hora e local definidos pelos sujeitos, tendo-se utilizado um gravador e um roteiro que norteou o processo de busca acerca da categoria poder na vida daqueles sujeitos.

Os dados do estudo referem as falas dos sujeitos, e que por clareza e precisão foram transcritos na forma com que foram expressas, sendo os mesmos identificados como 1, 2, 3 e 4.

A organização e categorização das falas teve como princípio a abstração do conteúdo e significado, que desse conta da compreensão dos sujeitos do posicionamento pessoal e social do poder enquanto categoria transitória.

A análise de categoria do poder nas relações de trabalho dos sujeitos é posta sob uma perspectiva teórica, que vai da concepção de FOUCAULT a uma visão de tendência marxista, haja visto que esta relação de poder se concretiza nas relações de trabalho.

3 OS PERSONAGENS E O CONTEXTO

Os sujeitos deste estudo constituem-se de 04 (quatro) enfermeiras com 10 (dez) e mais anos de graduação, que por instrumento legal: portarias, assumem posição em cargo de direção, chefia e coordenação de serviços em instituições públicas a níveis Federal e Estadual da rede de ensino e assistência.

Duas (2) das enfermeiras que compõem o grupo estudado têm sua formação de enfermeiro procedente da Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo, 01 (uma) possui sua formação de graduação e pós-graduação na Faculdade de Enfermagem São José. O outro sujeito na sua formação teve iniciado o Curso em outros Estados, tendo concluído e se graduado pelo Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Ceará. Todas as enfermeiras do estudo possuem Curso de pós-graduação sendo 2 (duas) especialistas, 1 (uma) mestra, 1 (uma) doutora, dentro de áreas de concentração diversas: médica-cirúrgica, saúde pública e educação.

A vida acadêmica das enfermeiras do estudo no que refere à vida associativa e participação em grupo, foi marcada por um período político, cuja conjuntura nacional limitava por recursos já conhecidos à participação, principalmente no interior das Universidades.

Atualmente somente 2 (duas) enfermeiras do estudo se encontram enganjadas nos órgãos associativos de categoria, mais especificamente ABEn-CE, ABEn-Nacional, COREn.

4 OS SUJEITOS E A CONCEPÇÃO DE PODER

A concepção de Poder entendido pelos sujeitos, tem como pano de fundo uma ligação da transitoriedade que o cargo confere, a filosofia da instituição, bem como características individuais do próprio sujeito. Neste conceito ainda estão presentes o caráter da liderança, competência e resolutividade.

No exercício do Poder encontram-se formas diferenciadas que se somam ao poder, que emana do próprio sujeito àquele que o cargo confere.

Quanto à visão de outras pessoas sobre o Poder conferido aos sujeitos, foi percebido que este é maior do que àquele exercido de fato.

As falas a seguir indicam a direção conceitual sobre o Poder atribuído pelos sujeitos do estudo.

"Poder existe, parte dele emana da própria pessoa, da competência dela, do temperamento de determinadas características da personalidade. (. . .) E existe um tipo de Poder que emana de um cargo, uma função que você pode estar exercendo temporariamente. (. . .) Existe uma percepção do Poder do Chefe maior do que efetivamente ele tem". (Sujeito - 1).

"O Poder pra mim é uma coisa que eu não entendo de uma forma isolada, eu entendo assim, uma conquista, por um testemunho de trabalho, porque não há nenhuma interferência política no cargo que eu exerço. (Sujeito - 2).

"Poder pra mim é a capacidade que se tem de resolutividade. Poder é algo que você deve ter, deve conquistar para que você possa utilizá-lo em prol da profissão, do engradecimento da classe e fundamentalmente no caso específico em prol da comunidade a que você assiste, quer dizer o meu Poder é no sentido de conseguir que o Centro dê aos profissionais o que eles me cobram, no caso enfermeiros e nutricionistas uma formação o mais próximo possível da realidade e das necessidades da população. (Sujeito - 3).

"O Poder é principalmente um momento, em que dá condição ao indivíduo de exercitar e expressar planos, com base em conhecimentos, versabilidade, criatividade e espírito de liderança. (. . .) Por ele ser um momento transitório, há uma sede muito grande de quem está vivendo aquele momento". (Sujeito - 4).

5 PODER DO SIM E DO NÃO

Poder exercido, regido por normas, garante na visão do sujeito a imparcialidade das decisões.

O respaldo de uma normatização institucional para tomada de decisões, constitui-se um fator presente na fala dos sujeitos do estado.

A normatização resguarda, protege o exercício concreto do poder pelo sujeito, dado que as decisões são conduzidas por uma diretriz e filosofia da instituição da qual o Poder procede.

Na realidade o poder exercido se desloca para o sujeito que ocupa o cargo, mas se observa que o Poder pertence à instituição e a esta se subjuga nas decisões de mando.

Fica claro para os sujeitos e autoras do estudo que o Poder se movimenta e é drenado num sentido vertical de cima para baixo.

"O tipo de Poder que eu exerço é até bastante tranquilo, porque a instituição tem uma série de normatização que direciona a atividade da gente. Então o chefe, ele tem normas, portarias e resoluções que direcionam o tipo de Poder que a gente exerce". (Sujeito - 1).

". . . essa questão, eu sempre coloco, me dá muito medo de exercer Poder sem que haja uma normatização profunda. Então, a primeira coisa que eu fiz no cargo foi tentar normatizar pra que houvesse uma imparcialidade nas decisões, (. . .) que houvesse o mínimo de interferência política, até porque eu não tenho respaldo político no cargo". (Sujeito - 2).

"O aspecto administrativo e digamos mais precisamente da enfermagem, nós temos as situações levantadas e estudadas com a ajuda do grupo* (. . .), muito embora, nós três realmente pela nossa formação, nós nos apresentamos em melhores condições de analisar com mais detalhe e sugerir. (. . .) Agora essa decisão ser aceita a nível de diretor. . ., os aspectos técnicos normalmente nós conseguimos com muita facilidade que eles sejam aceitos. Muitas vezes a gente tem que entrar numa briga. Às vezes a gente tem que ceder um pouquinho pra que a gente consiga realmente passar aquilo que foi resultante da nossa discussão. Essa relativa facilidade que nós temos para que uma tomada de decisões dos aspectos técnicos sejam aceitos, deve-se à normatização que nós temos define muito bem o papel das categorias. Nós também participamos da renovação dessas normas, fazendo sugestões ao nível central". (Sujeito - 4).

Ainda nesta categoria de Poder do Sim e do Não, está presente na fala do Sujeito - 4, que as decisões

* GRUPO: a que o sujeito se refere – são os supervisores que se compõem de: odontólogos, médicos, educador em saúde, o qual elas como enfermeiras fazem parte.

são tomadas através de um colegiado formado pelo Diretor, Vice-diretor e Assessoras, no qual o sujeito faz parte. Embora o sujeito não tenha expressado a presença de normas, resoluções que direcionam as decisões individuais e de grupo acreditamos que por se tratar de uma instituição pública e de ensino, mesmo que as decisões sejam discutidas e analisadas em grupo, as decisões seguem a ordem da instituição nos seus preceitos normativos, pareceres, portarias e resoluções.

6 PODER TÉCNICO / PODER POLÍTICO

O poder político aqui colocado refere-se às instâncias de dominação, no qual as decisões sofrem um direcionamento que emana de uma hierarquia superior dentro da instituição, fato evidenciado em serviços públicos a nível federal, e em instituições estaduais e municipais, no qual tem-se a relação dos cargos em diferentes níveis, subjulgada ao interesse político partidário e/ou eleitoreiro.

Nesta visão do poder técnico e poder político as falas dos sujeitos demonstram a posição nos espaços de decisão.

"Quando a decisão é de nível superior a função da gente fica praticamente dividida. Você vai repassar, pode questionar, mas, via de regra, tem que executar o que foi determinado". (Sujeito - 1).

"O fato de não ter indicação política não me dá respaldo para decisões autônomas" (. . .) poder é limitado (. . .) Poder e sustentação para uma política maior do sistema (. . .) Poder técnico predomina para o espaço de decisão (. . .) Poder de dispor a funcionalidade do sistema através do remanejamento de pessoas (. . .) Uma estratégia de ação minha foi colocar sempre o parecer técnico, então ficava difícil o político intervir". (Sujeito - 2).

"O aspecto técnico normalmente é resolvido entre nós, analisado por nós e a situação também apontada por nós (. . .).

As decisões técnicas são fáceis, porque o diretor tende a não fugir do que existe de normatização". (Sujeito - 4).

No Sujeito - 3, não está presente em sua fala a questão do Poder Político. Esse Poder não é expressado a nível inter-institucional nem intra-institucional.

Ainda com relação à hierarquia de Poder, no que concerne ao espaço político, os sujeitos têm repassado junto aos subordinados posturas que vai da reprodução, chamado efeito cascata, ao compartilhar as decisões provinientes da hierarquia superior, àquelas que têm o espaço para discussão e tomadas de decisões do grupo. Mas ficou evidente nas falas dos sujeitos que os espaços de decisões autônomas individuais e do grupo se restringem aos espaços internos do serviço. É que algumas vezes se reproduzem a postura do Poder hierárquico superior.

7 PODER: A FATIA DA CATEGORIA

Ao se reportar à posição de decisão e as relações com a categoria, a fala dos sujeitos reflete a posição que ocupam dentro das características próprias da instituição a que cada uma está vinculado.

A nível do Estado, o Sujeito - 2, refere que na sua concepção a enfermeira está, teoricamente, com base na sua vida acadêmica, apta a assumir posição de liderança, na prática, no entanto, ela não aceita a colega na posição de mando. Na sua experiência pessoal, ela tem sido reconhecida mais por profissionais de outras categorias. Dentro da enfermagem predomina o "aspecto do místico", "a barganha", "o acesso fácil".

Nesta configuração acima exposta as decisões tendem a ser acatadas com mais facilidade por outros profissionais, e no entender do sujeito, as enfermeiras ainda não atingiram uma consciência coletiva, de reforçar, colaborar com a colega na posição de poder, vendo nela um espaço social conquistado pela categoria.

8 REPORTANDO À TEORIA

Na concepção de Poder está presente nas falas dos sujeitos, uma direção técnica, na qual o exercício concreto do Poder se realiza no domínio do fazer, da resolutividade imediata.

Não houve por parte dos sujeitos qualquer menção ou relação de poder, com expressão de ação política de grupo, o qual dirige, dentro de uma consciência coletiva, que juntamente aos objetivos técnicos, àqueles se somem para a realização das necessidades individuais e de grupos.

O peso político, nas relações de Poder, foi, expresso na fala do sujeito 2, que demonstra a transparência da interferência política nas decisões emanentes do cargo subjugando o aspecto técnico-administrativo, onde o sujeito refere ser o espaço de atuação.

A nível Federal a questão do Poder Político não é tocado, é sempre expresso o aspecto "democrático" no grupo. Tal fato nos leva às seguintes questões:

O sujeito 3 também na sua posição de mando passa por situações semelhantes expressas pelo sujeito 2.

As dificuldades de relações de mando com a categoria também foram colocadas pelo sujeito 4, sendo que no discurso ela não se aprofunda nesta questão.

O sujeito 1 refere que as relações com a categoria e fora dela são expressas com atitude de respeito.

- O que significa dentro da instituição "compartilhar o Poder?" É ouvir, dialogar, aceitar?
- Por que o Poder Político só transparece na instituição do Estado?
- Por que nas outras instâncias do Governo, a nível Federal se subentende a existência do Poder, mas não o apreende, nem o relaciona como instância de fortalecimento da sociedade civil?

A compreensão que se abstraiu da categoria Poder, concatena com a idéia apontada por FOUCAULT, que coloca essa categoria no exercício díspars e heterogêneo.

A constante ratificação da posição de mando, no domínio técnico, desloca o Poder exercido no cargo para uma estrutura programada e elaborada pela instituição. O Poder dentro do cargo não tem espaço de construção a partir das relações com a categoria, nem fora dela.

A retirada de cena do Poder político no exercício do cargo, nos parece contraditória, quer seja o cargo conseguido por indicação individual, ou dissídio cole-

tivo. Pois aquele que assume o cargo será o gerente de interesse individuais e de grupos da instituição.

Sob este aspecto acima relacionado, nos colocamos imediatamente diante da figura do Estado, que massifica as pessoas, objetiva o seu trabalho e os tratam como coisas, haja visto esta direção, gerência de pessoas ter sempre como pano de fundo as normatizações, resoluções, portarias, todas procedentes de estrutura de poder que ratifica a dominação e a divisão entre as pessoas: aqueles que mudam, aqueles que obedecem.

A contradição do discurso dos sujeitos quanto à separação dos domínios técnicos e políticos, se fundamenta nos seguintes aspectos: da história individual do sujeito, que se resguardando nos preceitos da instituição e está defendendo os interesses do Estado, quer os sujeitos tenham consciência disto ou não, o contexto do que faz e pensa está atravessado pelos interesses de grupos dominantes e da ideologia subjacente.

Na verdade não existem ações de decisões imparciais como querem mostrar os sujeitos. Ao compreendermos o homem como sujeito histórico e social, como separar decisões técnicas do domínio político, se aquelas se concretizam nas relações sociais, nas quais nestas relações estão presentes o jogo ideológico, a dominação material e espiritual quer os sujeitos tenham consciência disto ou não. E o fato de uma parcela de sujeitos se aperceberem ou não desta visão, procede de sua natureza histórico-social que atravessa a vida das pessoas.

Aqui chegamos com indagações pessoais e contextuais, que achamos oportuno compartilhar neste estudo:

- Até quando nós enfermeiras, vamos continuar nesta situação de competição interna, que fragmenta, divide a categoria, dificultando o crescimento da enfermagem como grupo, conseqüentemente limitando o avanço do espaço social?
- O que é então estar na posição de mando, e movimentar, neste cargo, decisões concernentes a interesses individuais e de grupo que envolvem a categoria e outros profissionais? Como as questões do ser justo nas decisões transitam esses interesses? Até que ponto as normas são o eixo, a bússula satisfatória para a direção nas tomadas de decisões e que essas normas estão favorecendo?

As autoras entendem que o tema permite estudos mais profundos e de maior alcance. Por isso a partir do projeto de pesquisa que as mesmas realizam no Departamento de Enfermagem da Universidade Federal do Ceará, pretendem ampliá-los a nível regional e nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 BARRETO, E. *Arquitetura do Poder:* reflexão crítica da escritura sócio-política e econômica do Brasil. 11ª ed., Fortaleza: Edição do autor, 1990. p. 13-21-61-72.

2 KARL, M. *Sociologia Organizada* (Coletânea). Octávio Ianni. São Paulo: Ática, 1984. p. 62-73, 145-158.

3 LEBRUM, G. *O que é Poder,* São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 7-27.

4 SENNET, R. *As Tiranias da Intimidade. IN: O Declínio do Homem Político.* São Paulo: Companhia de Letras, 1988. p. 411-414.

5 SIMÕES, J.J.G. - *O Pensamento Vivo de MARX.* São Paulo: Martins Claret Editores, 1986. p. 59-76.

ANEXO

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- Formação profissional
  - Local
  - Tempo de formação
  - Participação em representatividade estudantil

- Vida profissional
  - Local de trabalho
  - Cargo
  - Instrumento legal do cargo exercido
  - Funções do cargo
- Situação associativa
  - Forma de participação em entidade de classe

- Espaço social e Poder
  - O que você entende por Poder? (O que é poder?)
  - Que poder você tem no cargo que ocupa?

- Há espaço no seu cargo de tomada de decisões independente? (Em que situações isto ocorre).

_____

_____

- Em que situações a sua autonomia e decisão prevalecem dentro da hierarquia do poder?

_____

_____

- Ao receber uma decisão superior, o que faz nesta situação? (pausa)
  (Exclusivo do entrevistador: há espaço para você opinar/discutir/revogar?)

_____

_____

- O que fazem os seus sobordinados diante de uma decisão sua? (pausa) – (reage, opina, discute, revoga?), e de uma decisão proviniente de uma instânicia superior?

_____

_____

- Como as pessoas (dentro e fora da categoria) reagem ao poder que você exerce.